



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

NOTA PÚBLICA

O Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEHDH/PR) constitui-se enquanto órgão de caráter permanente, autônomo e deliberativo, instituído pela Lei nº 11.070/1995, formado por representantes governamentais e da sociedade civil, que conta com instituições ligadas à proteção e defesa de Direitos Humanos do Estado do Paraná.

Assim sendo, o COPEHDH/PR vem a público manifestar discordância com o projeto “Se liga! É tempo de aprender mais”, anunciado pelo Secretário de Estado da Educação, Renato Feder, ao final do mês de outubro. O projeto pretende instituir recuperação e intensificação de conteúdos definidos como “essenciais” para aprendizagem, a ser aplicado de 25 de novembro a 18 de dezembro. As escolas devem planejar ações a partir do dia 26 de outubro, dia de estudo e planejamento, até o dia 22 de novembro. A orientação é que deve ser elaborado um planejamento inovador, com metodologias diferenciadas, utilização de salas ambientes, laboratórios, quadras e demais espaços escolares focando em conteúdos essenciais como forma de recuperar os resultados estudantis do ano letivo.

A busca pela excelência escolar não pode ser confundida com a pedagogia de resultados, baseada na corrida incessante por índices educacionais satisfatórios do ponto de vista da burocracia. A excelência está no dia-a-dia da escola, é uma construção do coletivo escolar e não pode ser reduzido à aplicação de instrumentos, planos de medidas e resultados. Ao tentar efetivar o plano de recuperação final dos(as) estudantes, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) insiste em uma prática que desconsidera o planejamento como processo contínuo, que não se dá em momentos estanques, mas que reflete a realidade escolar e sua complexidade, na busca de respostas para as situações vivenciadas pelas comunidades escolares.

O conceito de avaliação e, conseqüentemente, a recuperação da aprendizagem apresentados pela SEED mostram, portanto, uma discrepância em relação às concepções dos(as) professores(as), prevalecendo a ideia da aplicação de testes como, por exemplo, a Prova Paraná, visando exclusivamente a pedagogia de resultados. Ainda, secundariza a escola como lugar em que se sistematiza, aprimora e transforma o primeiro conhecimento trazido pelo estudante, do senso comum ao científico, de maneira formativa e contínua. A compreensão trazida pela SEED com o projeto “Se liga, é tempo de aprender mais”, como forma de recuperar a aprendizagem ao fim do ano letivo, não cabe nas práticas pedagógicas das escolas da atualidade e é uma definição de recuperação e de aprendizagem arcaica e obsoleta do ponto de vista dos(as) educadores(as).



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Mais burocracia e trabalho nas escolas sem as condições necessárias aos profissionais da educação

Além disso, mais uma vez a SEED exige mais trabalho das escolas sem dar as condições reais para que isso ocorra. É como se eles(as) já não fizessem esse acompanhamento durante todo o ano letivo, priorizando não apenas alguns conteúdos entendidos como “essenciais”, mas a aquisição do conhecimento como um todo. Esse processo desenhado pela Secretaria burocratiza, engessa e aumenta o trabalho das equipes pedagógicas e dos(as) professores(as) com o objetivo de controle e vigilância jogando no lixo a autonomia das escolas, embora as orientações digam respeitar a autonomia.

Ao final do plano, após 18 de dezembro, deverá ser enviado aos Núcleo Regionais de Educação (NREs) uma lista de desempenho. Há um desespero nítido da SEED, do empresário Feder, por resultados imediatos. É a busca por perfumaria, de querer dar uma aparência de melhora da educação através de indicadores. Assim, toda estrutura de controle criada com as tutorias, Prova Paraná e a constante vigilância do RCO tem o objetivo de forçar resultados sem investimentos e contrapartida por parte do Governo do Paraná. É o mesmo que se exigir que se construa um grande e resistente edifício com material de segunda categoria, sem ferramentas e sem uma fundação sólida que dê suporte.

Lembramos mais uma vez que essa é a lógica de um sistema baseado na responsabilização dos(as) professores(as), como se o verdadeiro problema não fosse a falta de centralidade de políticas educacionais, valorização dos(as) profissionais e investimento na educação em um estado que isenta milhões ao alto empresariado e escolhe precarizar a formação continuada, diminuir hora-atividade, sobrecarregar as escolas com burocracia, vigiar e punir profissionais da educação.

O empresário Renato Feder quer o aumento no Índice da Educação Básica (IDEB) a todo custo e com isso vender uma imagem de melhoria da educação pública do Paraná e, assim, justificar sua gestão empresarial à frente da SEED. Só há um problema neste método: a escola não é uma empresa e aprendizado dos(as) estudantes não é mercadoria! Tal plano de recuperação exige o que as escolas já fazem há muito tempo: acompanhar o processo ensino-aprendizagem.



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Orientações para o plano “Se liga!”

Em contraposição à proposta da SEED e em respeito à autonomia das comunidades escolares, indicamos que as escolas elaborem um documento da escola que deverá ser encaminhado aos NREs, detalhando o processo de avaliação que foi oportunizado e que ainda ocorrerá até o final do ano. Também devem ser detalhadas todas as atividades que a escola já tem feito durante o ano letivo e as que já faria até o fim do ano, usando como base o que estabelece o Projeto Político Pedagógico e os planos das disciplinas no que se refere ao processo de avaliação.

Ressaltamos, ainda, a importância da autonomia do Conselho de Classe como instância de reflexão sobre o aproveitamento dos(as) estudantes durante o período letivo. Qualquer ingerência deve ser especificada em ata no dia da realização do Conselho e denunciada ao Sindicato.

Se liga! É tempo de retomar os investimentos nas escolas em estrutura e tecnologia, com a formação continuada e a valorização dos(as) profissionais da educação, com o respeito à jornada de pedagogas(os), com a devolução das horas atividades e da humanidade.

Curitiba, 20 de novembro de 2019.